



1 Ata da 235^a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação. Aos vinte e um
2 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, conforme publicação em
3 Diário Oficial, reuniram-se os integrantes do Conselho Municipal de Educação, na sala
4 1, anexo do Centro de Formação Darcy Ribeiro, em cumprimento à seguinte ordem do
5 dia: aprovação da Ata 234^a; Comitê Intersetorial para o Desenvolvimento Integral da
6 Primeira Infância: “A importância da Primeira Infância”; Câmaras Temáticas: início da
7 elaboração da “Cartilha às Famílias”; assuntos gerais. As assinaturas dos conselheiros
8 presentes encontram-se em lista de presença acostada como parte integrante a esta
9 ata. Justificaram ausência os seguintes conselheiros(as): Margareth de Cássia
10 Magalhães Zatiti, Vivian Garcia de Siqueira, Carolina Linhares Nagao, Cristina
11 Torquato, Angélica , Mônica Dornellas, Marcos Pasquantonio, Denize de Simone
12 Ferreira Miranda, Antonio Vinícius Fernandes dos Santos, Tatiana Rodrigues Castro de
13 Sousa, Fabio Oliveira Filho, Daniel Divino Rodrigues. Convidados presentes: Carolina
14 Ozores (Colégio Mão Amiga), Fabrício Fonseca (SENAI), Iara Melo (Colégio
15 Superando), Verônica Dias (Colégio Superando), Guilherme da Silva (Colégio
16 Superando), Dr^a Marcela Lucas Roma, Maria Aparecida dos Reis (Diretora Colégio
17 Superando), Fernanda Brites (Psicóloga Colégio Superando), Igor Perrone (CMDCA).
18 O Vice Presidente João Rinaldo (em substituição) agradeceu a presença de todos e
19 iniciou a reunião fazendo a leitura do comunicado oficial de afastamento da Presidente
20 Fabiana Riveiro de Moraes Manini, por ser candidata à vereadora nas eleições
21 municipais da cidade de Santos. Na sequência colocou a votação da ata anterior, que
22 foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo convidou a conselheira Suzete dos
23 Santos e a Dr^a Marcela Lucas Roma, médica Pediatra da Secretaria da Saúde de
24 Santos para um bate-papo sobre a atuação do Comitê da Primeira Infância em nosso
25 município. A conselheira Suzete dos Santos abriu a conversa, destacando a
26 importância da educação nesta fase, de zero a seis anos, início da vida, onde os
27 cuidados devem ultrapassar os limites de um território, que transcende o tempo.
28 Lembrou da frase de Pitágoras: “Eduquem as crianças para que não seja necessário
29 punir os adultos”. E completou que as crianças devem ser educadas para a vida além
30 dos muros da escola, tendo discernimento, para que no futuro tenham regras e
31 possam conviver em sociedade. As crianças devem ser protegidas, mas devem ter
32 conhecimento de mundo. Todos nós somos responsáveis por essa educação. Exibiu
33 na tela, um panorama das ações que estão sendo realizadas pelo Comitê referente à
34 Primeira Infância na nossa cidade, disponibilizado no Portal da Prefeitura. Em seguida,
35 a convidada Dr^a Marcela Roma deu continuidade, salientando que neste período as
36 experiências boas ou ruins, acontecem ou deixam de acontecer, e que estes fatos
37 ficam gravados no cérebro da criança, levando para a vida adulta. Os estudos
38 mostram que tendo uma boa estrutura familiar, a criança ficará livre de doenças, o que
39 impacta de forma positiva no seu desenvolvimento, resultando no bem-estar
40 biopsicossocial. Contou ainda que, mais a frente, se tornará um adulto saudável sem
41 transtornos de comportamento. Prioridades que são essenciais neste ciclo: educação
42 com orientação adequada, alimentação saudável, assistência social pra criança e sua
43 família, acesso à cultura, lazer, espaços seguros para brincar, saúde física e
44 emocional. E reforçou que as crianças são de responsabilidade de todos, enquanto
45 sociedade. A Dr^a Marcela Roma encerrou a apresentação, exibindo um vídeo curto, o
46 documentário: “O Começo da Vida”. E finalizou com a frase: “Precisamos tornar as
47 crianças felizes”. A conselheira Suzete dos Santos apresentou algumas pessoas
48 presentes que também fazem parte deste Comitê. A conselheira Katia Ramires
49 (Comitê) disse que é uma batalha diária, mas é muito prazeroso. O convidado Igor
50 Perrone (CMDCA) fez uso da palavra dizendo que as secretarias municipais e demais
51 políticas precisam se perceber pertencentes das discussões do movimento da primeira
52 infância. A conselheira Márcia Calçada completou falando da construção dos

53 conhecimentos nas pessoas e que para isso necessita de recursos da prefeitura, bem
54 como, a formação continuada em serviço dos professores e também da participação
55 da comunidade, sucedendo no avanço das políticas públicas para a primeira infância
56 intersetorial. E continuando, frisou que a educação deve entender melhor esse
57 conceito de Cidade Educadora, precisando ser ressignificado através da ação do
58 coletivo escolar com a participação das famílias. O Vice Presidente João Rinaldo
59 seguiu, convidando os alunos do Ensino Médio do Colégio Superando para uma
60 apresentação referente à Violência Escolar. Eles iniciaram a explanação, falando que
61 organizaram um questionário e aplicaram nos alunos da própria escola, do 3º ano, do
62 Ensino Médio. As perguntas desse questionário mostraram o gênero, a idade e o tipo
63 de violência. Através dessa pesquisa, os gráficos expuseram os resultados abordando
64 os tipos de violência, suas causas e consequências. E finalizando a apresentação,
65 concluíram que, o diálogo e a inclusão devem prevalecer dentro da rotina do ambiente
66 escolar, através das rodas de conversa. O Vice Presidente João Rinaldo
67 complementou, reafirmando que, a falta da prática do diálogo tem apontado um
68 número crescente de casos envolvendo a violência dentro da escola, entre os jovens.
69 Na sequência, falou sobre uma cartilha criada pelo Ministério da Educação (MEC) do
70 Governo Federal, "Recomendações para Proteção e Segurança no Ambiente Escolar",
71 que indica o enfrentamento e prevenção às violências nas escolas e universidades,
72 trazendo aconselhamentos e não legalidade. A Equipe Gestora e os Professores tem
73 que ter conhecimento deste material, e a partir daí, serem realizadas reuniões com os
74 Dirigentes do Estado, os Supervisores de Ensino e a Secretaria de Educação, e assim,
75 possam se tornar agentes multiplicadores. Propôs para os conselheiros fazer a leitura
76 do material produzido pelo governo e na próxima reunião, discutir, votar e decidir, a
77 realização ou não da cartilha, ou elaborar somente recomendações. A proposta é que
78 todos acessem e vejam esse material. Enfatizou que é fundamental a capacitação dos
79 profissionais envolvidos na educação, e que precisamos fazer uma reflexão de como
80 agir, tentando amenizar a atual situação com a elaboração de estratégias, como por
81 exemplo, a sugestão do conselheiro Nicholas Sales, na produção de uma cartilha
82 voltada aos pais com o intuito de orientá-los em várias circunstâncias. A conselheira
83 Suzete dos Santos pediu a palavra, agradecendo o trabalho apresentado pelos alunos
84 do Colégio Superando, relembrando os tempos em que estava na escola. O
85 conselheiro Nicholas Sales comentou que, esteve com a Secretaria de Educação e
86 aproveitou o momento para lembrar da idealização de desenvolver uma cartilha às
87 famílias, que vai tratar não só da violência, mas de diversos assuntos, como: racismo,
88 bullyng, inclusão, segurança geral, gordofobia, uso do celular e outros, e tem como
89 objetivo trazer conhecimento, de como agir em diversos casos, e que na maioria das
90 vezes, os pais não sabem como lidar. Aproveitou para falar, que tem abastecido o
91 drive deste Conselho, com assuntos importantes voltados à educação e também para
92 incluir na cartilha. Em resposta ao conselheiro Nicholas Sales, a Secretaria informou
93 que pensa em montar uma comissão interna para estudo e criação desse material, e
94 fica no aguardo do envio de sugestões do CME. A conselheira Rita Gisela pediu a
95 palavra, falando que não há condição de se fazer uma cartilha com o registro de todas
96 as doenças especificando os protocolos de profilaxias e tratamentos. No Programa
97 Saúde na Escola, do qual coordena, transmite para a Equipe Gestora todos os
98 protocolos de atendimentos e de medidas preventivas, e que esta, fica com o dever de
99 encaminhar as orientações aos pais, de doenças como a Pediculose, a Sarna e o
100 outras doenças comuns entre as crianças. O conselheiro Nicholas Sales em resposta,
101 disse que na cartilha deveria, constar de forma genérica, o encaminhamento para a
102 comorbidade. Voltando ao tema da violência, a conselheira Elisabete Dubra pediu a
103 palavra para falar dos tipos de agressão, que vem ocorrendo no espaço escolar:
104 violência racial, verbal, bullyng e outros e também do agressor, de quem as comete.

105 Com o ocorrido, a escola deverá fazer o registro do episódio, em um formulário
106 Google. A Secretaria de Educação não tem o número de ocorrências, mas que a partir
107 das referências levantadas, oferecerá formações aos professores. O Vice Presidente
108 falou que diante de algum problema, principalmente de violência, é preciso acionar o
109 Conselho de Escola, saber da legislação, para antes de qualquer tomada de atitude,
110 atuar dentro da legitimidade. A conselheira Rita Gisela pediu a palavra com uma outra
111 questão, a da orientação sexual e identidade de gênero, travestis e transsexuais, que
112 está presente nas escolas, e não recebe a atenção necessária, ficando aquém do que
113 se pode avançar, e que deveria caber mais discussão sobre esse conteúdo. E
114 acrescentou da necessidade de uma autorreflexão por parte do coletivo da escola,
115 Equipe Gestora, Professores, para tentar se evitar a evasão escolar desse grupo. A
116 conselheira Maria Helena Marques disse que qualquer decisão tomada pela escola,
117 precisa estar pautada na política do que é correto, independente da ideologia que se
118 prega, e precisa conhecer todas as políticas integradas, falou do preparo para o
119 exercício da cidadania que faz parte do ECA, do PME e da Constituição Federal. A
120 conselheira Ivanise Monfredini comentou que podemos contribuir com a formação e a
121 valorização dos espaços de diálogo dentro da escola, e também sugeriu que a cartilha
122 seja informativa, e deu como exemplo, perguntas do tipo: Como acionar a Justiça
123 Restaurativa, como pedir ajuda ao Conselho de Escola e outros atendimentos. A
124 conselheira Liliane Rezende aproveitou destacando o Programa Justiça Restaurativa,
125 que tem foco na promoção da cultura e da paz e também de outras culturas, e que
126 precisa estar presente na escolas, para restabelecer a convivência adequada. A
127 conselheira Márcia Calçada disse que, o Conselho de Escola é um espaço formativo,
128 para o desenvolvimento de ideias, textos, compreensões, tendo que refinar o
129 conhecimento em todas as categorias, não se pode naturalizar a acomodação. O
130 conselheiro Nicholas Sales afirmou que o Conselho de Escola funciona e que os pais
131 precisam estar bem informados, para argumentar com àqueles que estão por fora dos
132 acontecimentos da rotina escolar. O convidado Igor Perrone disse que toda discussão
133 que está sendo apresentada, é o que se debate no CMDCA e muitas vezes, não se
134 tem a informação. Pediu a aproximação dos Conselhos CME e CMDCA para troca de
135 ideias e informações sobre os mesmos temas. O Vice Presidente deu como sugestão,
136 acessar o material do MEC, para posteriormente debater as questões que envolvem
137 segurança escolar. A conselheira Suzete dos Santos disse que não adianta ter várias
138 cartilhas, se as pessoas não se apropriam do documento. Lembrou que há muitas
139 coisas na cidade, mas não conhecemos, e que já existem, só precisam ser
140 aprimoradas, e precisamos de pessoas de todas as secretarias, com conhecimento
141 para estarem juntas com a Primeira Infância. A conselheira Katia Ramires deu sua
142 opinião dizendo que, primeiro é preciso ouvir a comunidade, para saber quais são as
143 suas prioridades, antes de produzir a cartilha. O conselheiro Nicholas Sales falou que
144 como pai, sente a necessidade de ter informações importantes reunidas em um
145 documento. O Vice Presidente disse que, se não tivermos legislação e jurisprudência
146 não tem validade. Nos assuntos gerais, chamou a atenção sobre a Deliberação
147 001/2024 CME, que na redação só aparece o docente, como profissional do
148 Magistério, e não se verifica outras nomenclaturas, como, recreacionista, monitor,
149 educador. São fatos que vem acontecendo com frequência e que não estão sendo
150 fiscalizados. Talvez precisasse ter um Parecer Jurídico do Município para averiguar
151 estas ocorrências. Outros pontos que não estão mencionados: a falta de
152 obrigatoriedade de renovação do Alvará das Subvencionadas, e também a
153 capacitação em primeiros socorros que consta da Lei Federal 13722/2018 ou Lei
154 Lucas, para os profissionais da escola. A conselheira Viviane Simone fez uma
155 observação de que a Subvencionada para ser credenciada, deve preencher todos
156 requisitos exigidos para estar habilitada, sendo a documentação fiscalizada e

157 verificada pela Supervisão de Ensino. A conselheira Joelma Goularte pediu a palavra e
158 colocou que, a renovação das instituições acontecem a cada 5 anos, com a exigência
159 da documentação do AVCB e de outros documentos, mas é possível fazer uma outra
160 regulamentação, uma portaria, para incluir a Lei Federal (Lei Lucas), junto à
161 construção do PPP, para todas as escolas de Educação Infantil deste Município. Disse
162 também que, na Lei de Diretrizes e Bases está claro que desde o berçário até o
163 Ensino Médio, é considerado Educação Básica, e que os profissionais que atuam à
164 frente da Educação Básica, são professores. Num outro item da pauta, o Vice
165 Presidente comentou sobre a criação da Lei do Silêncio para a Avenida da Praia e
166 também para outros ambientes, bares entre outros. Está na legislação que os
167 hospitais e as escolas não devem ter ruídos acima de 45 decibéis. Cabe à Secretaria
168 do Meio Ambiente esta fiscalização. Deu a ideia de convidar a Secretaria do Meio
169 Ambiente e Bem-Estar Animal, através de ofício, para a próxima reunião, onde será
170 discutido artigos da Lei 3531/1968 (Capítulo IV Do Sossego Público) e da Lei
171 Complementar 1129/2021, para explicações e encaminhamentos de como medir
172 esses decibéis. Caso não se tenha retorno, sugeriu encaminhar uma documentação
173 ao Ministério Público do Trabalho. Diversas pesquisas científicas apontam que
174 professores estão adoecendo e alunos apresentam rendimentos insuficientes, por
175 conta de ruídos externos, infringindo o que está recomendado na lei. O convidado Igor
176 Perrone comentou que uma unidade da Jornada Ampliada foi autuada pela Secretaria
177 do Meio Ambiente, por conta do barulho do ar condicionado. O Vice Presidente
178 mostrou o Ofício do Conselho da Comunidade Negra recebido pelo CME,
179 questionando a ausência dos representantes indicados. A conselheira Viviane Simone
180 colocou como sugestão, que na próxima reunião, confirmamos se a titular Daniela
181 Ventura continua como representante. A conselheira Maria Helena Marques orientou
182 para darmos retorno ao Conselho da Comunidade Negra falando sobre a tomada da
183 ciência e que iremos nos manifestar após a próxima reunião. Um outro Ofício recebido
184 por este Conselho, foi o Convite da Roda de Conversa, enviado pela OAB referente à
185 escuta especializada de crianças e adolescentes por abuso sexual, com inscrições
186 pelo Instagram e confirmação por e-mail. Todas essas informações colocadas no
187 grupo do CME. Nada mais havendo a tratar, a senhor Vice Presidente agradeceu a
188 presença de todos, e encerrou a reunião e a presente ata que segue assinada pelo
189 senhor Vice Presidente João Rinaldo Zeferino de Oliveira (em substituição), se
190 conforme.